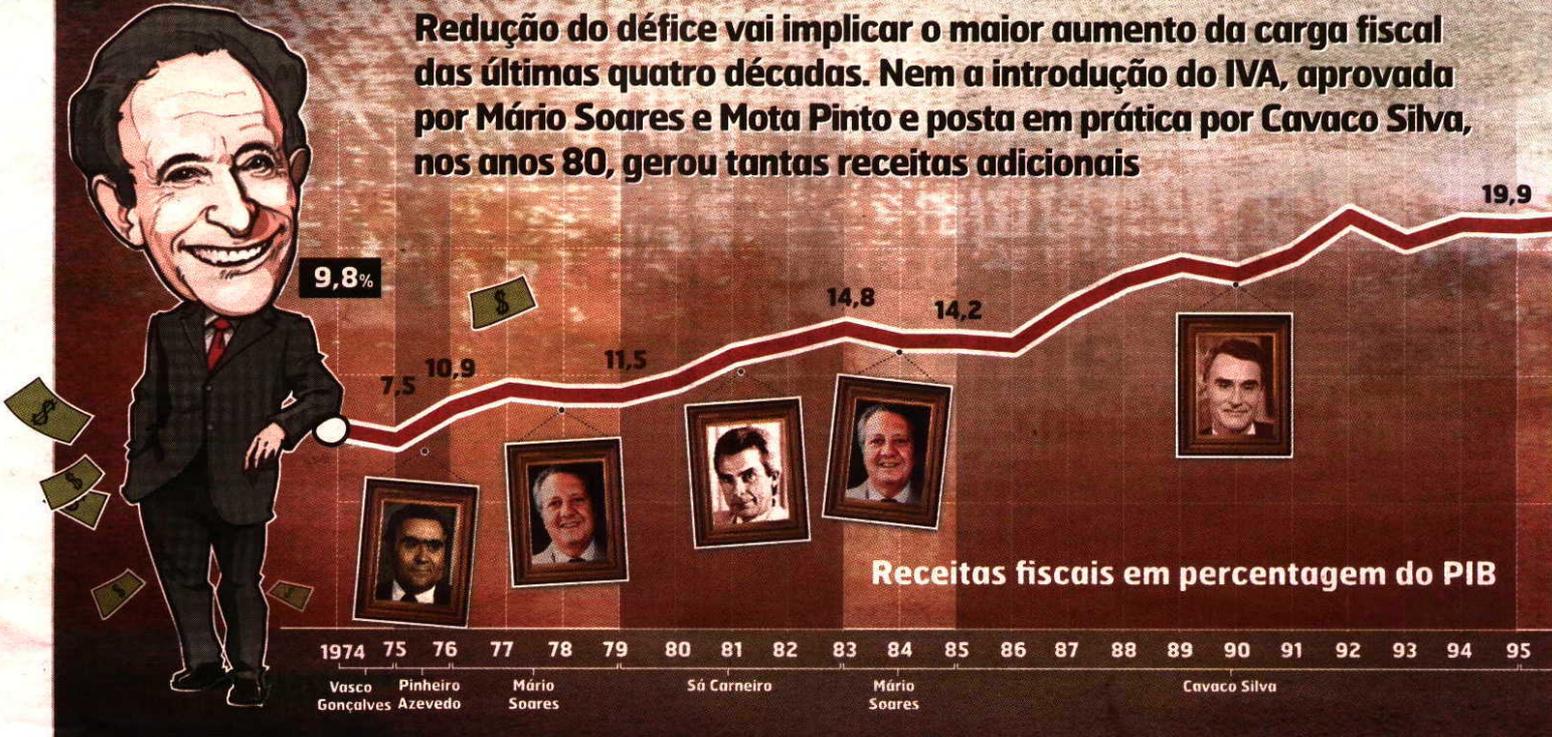


Contas públicas

OE2011: o maior choque fiscal da

Redução do défice vai implicar o maior aumento da carga fiscal das últimas quatro décadas. Nem a introdução do IVA, aprovada por Mário Soares e Mota Pinto e posta em prática por Cavaco Silva, nos anos 80, gerou tantas receitas adicionais



JOÃO PAULO MADEIRA
joao.madeira@sol.pt

É O MAIOR aumento de impostos da democracia portuguesa. As medidas com que o Governo se propõe reduzir o défice no próximo ano, a detalhar dentro de um mês, no OE – Orçamento do Estado para 2011, deverão implicar o maior aumento da carga fiscal das últimas quatro décadas. A subida da receita prevista pelo Executivo supera mesmo os ganhos decorrentes da introdução do IVA, nos anos 80. José Sócrates vai 'destronar' Cavaco Silva como o primeiro-ministro com o maior aumento de impostos num ano.

O PEC – Programa de Estabilidade e Crescimento prevê que as medidas do lado da receita a pôr em prática até 2011 representem um encaixe adicional de 2,07% do PIB – Produto Interno Bruto para os cofres do Estado, no próximo ano. E, de acordo com uma série estatística da Pordata, com base em dados da Direcção-Geral do Orçamento, do Instituto Nacional de Estatística e do Banco de Portugal, este valor representa a maior subida da carga fiscal desde o 25 de Abril, em apenas um ano.

Os maiores aumentos da carga fiscal ocorreram nas décadas de 80 e 90, com Cavaco Silva

IMPOSTOS

Maior aumento
Entre 1991 e 1992, com Cavaco Silva no Governo, receitas fiscais passaram de 18,5% do PIB para 20,4%, segundo a Pordata

Valor mais elevado
Em 2007, o Governo de José Sócrates atingia a carga fiscal mais elevada de sempre. As receitas fiscais atingiram 21,9% do PIB

como primeiro-ministro. Entre 1986 e 1987, as receitas fiscais passaram de 14% para 15,8% do PIB, um aumento de 1,8 pontos percentuais. Entre 1991 e 1992, este rácio passou de 18,5% para 20,4% do PIB, uma subida de 1,9 pontos. Em termos históricos, foram os dois anos com maiores aumentos da carga fiscal e estão abaixo dos 2,07% que o Governo preconiza para 2011.

O bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Domingues de Azevedo, recorda que o aumento da carga fiscal desde meados dos anos 80 está ligado ao peso crescente dos impostos indirectos, a partir daquela data. A

criação do IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovada ainda no Governo de coligação do Bloco Central (Mário Soares/Mota Pinto) e posta em prática em 1986, já com Cavaco Silva à frente do Executivo, foi um marco na captação de receitas fiscais (ver infografia). «A partir de 1985 assistimos a uma subida significativa dos chamados impostos sobre o consumo, ao passo que o peso dos impostos directos diminuiu», recorda o bastonário. Apesar de ser mais «injusta», porque «não se conhece realmente quem paga», esta forma de tributação é mais simples, permitindo uma cobrança mais expedita. O consulado de Cavaco Silva foi o mais determinante para o aumento da carga fiscal. Mas o pico foi atingido em 2007, com o primeiro Governo de José Sócrates.

Mais impostos em 2011

Certo é que, no próximo ano, haverá um novo aumento da carga fiscal, como o próprio Governo admite. As previsões mais recentes foram anunciadas há uma semana pelo ministro das Finanças a investidores chineses. Teixeira dos Santos referiu que as medidas de aumento da receita do Estado vão ter um efeito de 2,07% do PIB em 2011, e a maioria é de ca-

riz fiscal: tecto às deduções e benefícios fiscais, aumento das taxas de IVA, IRS e IRC decidido já este ano, tributação de mais-valias e o novo escalão de IRS para os maiores rendimentos. A única medida que não é estritamente fiscal é o Código Contributivo, que reforça as receitas da Segurança Social.

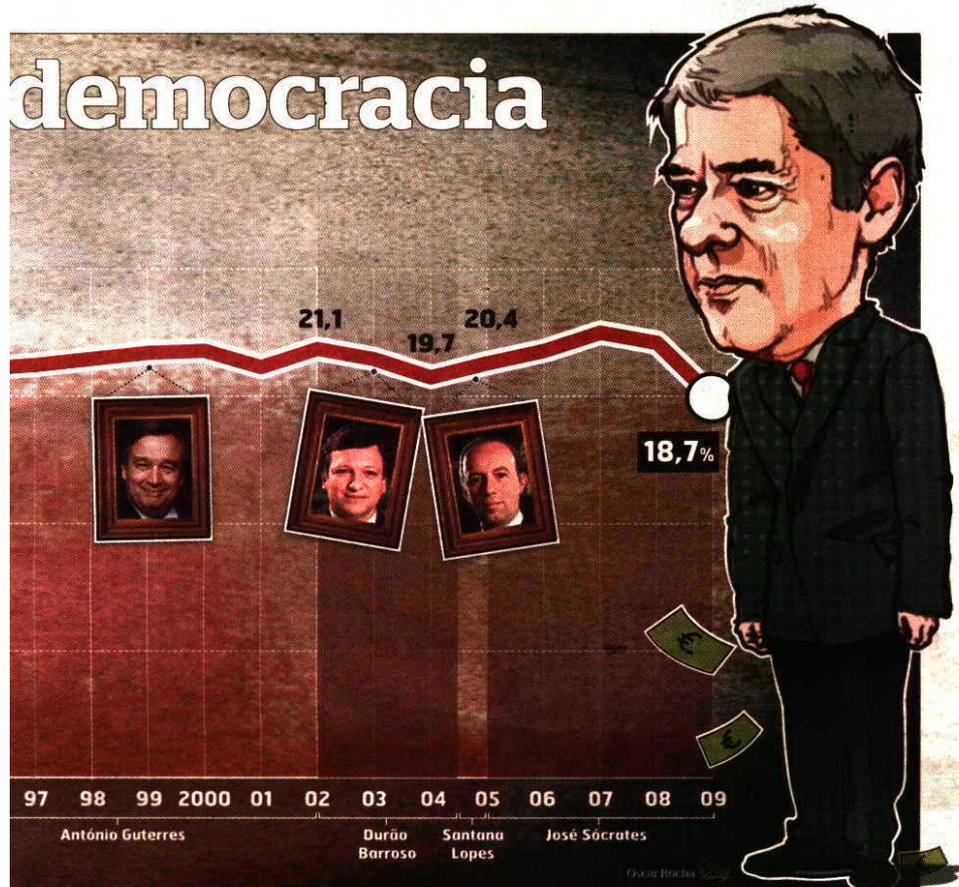
De acordo com o documento apresentado pelo ministro Teixeira dos Santos na visita à China, 51% da consolidação orçamental em 2011 – ano em que o défice deve baixar de 7,3% para 4,6% – virá da receita.

O crescimento da carga fiscal

é motivo de apreensão entre muitos economistas. Fátima Barros, directora da Faculdade de Ciências Económicas e empresariais da Universidade Católica, considera que a taxa fiscal em Portugal é «altíssima». Em entrevista ao SOL a publicar na próxima edição, a docente alerta que os impostos aplicados a pequenas e médias empresas e aos rendimentos de trabalho penalizam a competitividade: «A carga fiscal acaba por reflectir-se nos preços finais e diminui a nossa capacidade de competir no estrangeiro», alerta a responsável.

Aviso da Alemanha

A Alemanha está de olhos postos nas contas públicas portuguesas. Esta semana, Michael Meister, dirigente de topo do partido da chanceler Angela Merkel, deu uma entrevista à Bloomberg e o recado foi claro: Portugal tem de esforçar-se mais para não cair numa situação semelhante à da Grécia. «Cada país tem que fazer a sua parte para impulsionar a sua economia na Zona Euro, e não apenas cortando nos gastos, como Portugal fez», disse Michael Meister, considerando que há falta de determinação na resolução de problemas de competitividade. «Necessitamos de assinalar aos mercados – não se preocupem, porque estamos a resolver os nossos problemas estruturais – e seria desejável mais participação de Portugal», afirmou o responsável.



'Monstro' engorda há 30 anos

SABER qual o governo com mais responsabilidades no crescimento da despesa pública é uma tarefa politicamente 'espinhosa'. Dependendo das variáveis económicas utilizadas, há diferentes versões para avaliar quem deixou que os gastos do Estado aumentassem mais. Mas uma constatação parece inequívoca: o 'monstro', como lhe chamou Cavaco Silva, nunca parou de crescer nos últimos 30 anos.

As séries estatísticas do Banco de Portugal, com início em 1977, mostram que nas últimas três décadas a despesa corrente do Estado tem vindo sempre a aumentar, independentemente da cor política no Governo. As contas do SOL (ver infografia) basearam-se no rácio Consumo Público/Produto Interno Bruto, o que significa que as verbas canalizadas para investimento ou para prestações sociais não foram tidas em conta. Este indicador mede gastos com educação, saúde ou salários dos funcionários públicos, por exemplo.

Os resultados mostram que o consumo público passou de 13% do PIB para um nível próximo de 20%, nas últimas três décadas, tendo subido quer em governos do PS quer do PSD. Houve alguma contenção no fim dos



DESPESA
Consumo Público passou de 13% do PIB para 20% da riqueza nacional, em três décadas

anos 70 e início de 80, o que deverá estar relacionado com as medidas de austeridade orçamental da altura (as intervenções do FMI ocorreram em 1977 e 1983). É a partir do final dos anos 80 que a despesa mais sobe.

No ano passado, um estudo do economista Ricardo Reis sobre este tema gerou polémica. O docente, também com base no consumo público, concluiu que a despesa aumentara mais nos governos PSD e que Durão Barro-

so havia sido o primeiro-ministro mais gastador. Mas Miguel Frاسquilho, economista do PSD, contrariou esta tese, alegando que o melhor método para calcular o 'monstro' seria somar as despesas com trabalhadores e os consumos intermédios da Administração Pública (a verdadeira 'máquina' do Estado). Com esta metodologia, chegou à conclusão que António Guterres tinha sido o mais despesista.

Na semana passada, o tema voltou a aquecer o debate político. O secretário de Estado do Orçamento foi chamado ao Parlamento, pelo PSD, para explicar a subida de 5,7% na despesa corrente do Estado, até Julho. Já com os dados de Agosto (+2,7%), Emanuel dos Santos garantiu que há uma desaceleração.